



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 04/ 2011 – ANO IV
(DEZEMBRO DE 2011).**

A cooperativa de economia e crédito mútuo dos professores da Região Metropolitana de Porto Alegre, com sede na AV. Getúlio Vargas, 283, encerra o exercício 2011, com muito trabalho, colocando em sua gestão o princípio da cooperação entre seus colaboradores, onde a relação de benefícios deve atender todas as partes envolvidas, o cooperado, o funcionário, a instituição e suas parceiras de serviços. Somente através do intenso processo educativo a cooperativa poderá dispor a seus sócios serviços de crédito, onde ambas as partes se beneficiam, desde que o sócio cumpra com suas obrigações contratuais.

EDUCREDI E SEUS NOVOS CONVENIOS

A Cooperativa está formalizando junto a CECRERS e seus parceiros os novos convênios para atendimento a seus associados.

- **SEGUROS- PROSEG**
- **VEÍCULOS- HYUDAI- FORD**
- **SESC**
- **UNISINOS**
- **ESPM**

Consulte os convênios junto a cooperativa.

É NATAL 2011 NA EDUCREDI

Chegamos na data natalina, dezembro de 2011, é com muita alegria que felicitamos todos os sócios e colaboradores que tenham neste final de ano muitas coisas boas para comemorar, com saúde, felicidade e muita energia para iniciar 2012. Comemorar engrandece a alma, precisamos a cada dia alimentar a estima para ter no presente o estímulo para caminhar em direção ao futuro.

**FELIZ NATAL
EDUCREDI/2011**



HISTORICO CONTÁBIL - 2011							
MÊS	Empréstimos	Patrimônio Líquido	Depósito a Prazo	Capital Social	Sócios	Retorno Tesouro	PR
JANEIRO	389.967,34	14.695,73	283.448,28	215.612,47	808	28.896,11	2.530,65
FEVEREIRO	393.358,70	20.528,62	286.888,28	257.445,36	812	30.102,36	4.518,61
MARÇO	421.505,25	26.643,82	282.881,66	263.560,56	827	31.269,18	5.605,26
ABRIL	433.286,27	32.033,54	285.601,23	268.950,28	828	31.817,49	6.530,00
MAIO	352.843,15	37.722,94	279.903,72	274.639,68	832	29.647,77	6.974,84
JUNHO	351.623,72	42.063,99	281.134,35	278.980,73	838	32.007,59	6.928,57
JULHO	361.911,78	59.274,26	256.772,57	284.435,01	840	30.698,27	7.357,12
AGOSTO	342.382,45	68.564,89	259.334,92	288.673,62	843	33.454,24	7.512,48
SETEMBRO	325.742,39	81.232,95	258.540,81	293.559,98	846	33.685,04	6.668,00
OUTUBRO	311.105,22	90.169,02	261.812,57	297.802,81	847	32.835,52	8.036,76

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – GESTÃO – 2011/2014

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Carlos Fernando Oliveira da **Silva**

Diretor Administrativo: Mônica Gil Klein

Diretor Financeiro: Élon Geraldo de Sena Costa

Membros Titulares

Poty Cezar de Almeida

Sergio Luiz Crestani

Danilo Oliveira de Souza

Membros Suplentes

Erni José da Silva

Aldir Antônio Vicente

Beatriz Leão

CONSELHO FISCAL – GESTÃO 2010/2012

Membros Titulares

Eloisa Bilbao Goulart

Vanderlei Gomes de Almeida

Francisco Rosa Pereira Neto

Membros Suplentes

Prof. Jéferson Luciano Novaczyk de Souza

Prof^a. Salma Ramos Barcelos

CFC publicou nesta terça-feira (29/11/2011) a Resolução 1.365/11, que estabelece novo prazo de aplicação

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabeleceu um **novo prazo para a adoção obrigatória do ICPC-14 pelo setor cooperativista**. De acordo com a Resolução CFC nº 1.365/11,

publicada nesta terça-feira (29/11), a norma passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2016. A decisão atende a um pleito do segmento, de nova interpretação da transferência das cotas-partes de cooperados, do patrimônio líquido para o passivo, no balanço patrimonial das cooperativas. A questão começou a ser trabalhada há dois anos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o CFC. Em todo o processo, a OCB contou com o apoio técnico da Comissão Contábil-Tributária do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A aplicação estava suspensa desde o último dia 11 de novembro, quando ocorreu uma reunião entre o superintendente, o analista Tributário e o assessor Jurídico da OCB, Renato Nobile, Edimir Santos e Adriano Campos, respectivamente, e o presidente do CFC, Juarez Carneiro. Na oportunidade, Carneiro propôs que o sistema cooperativista se articule para conseguir apoio dos demais países latino-americanos sobre a questão, de forma que a mesma não fique restrita apenas ao território brasileiro. **“Por meio de um trabalho em conjunto, as demandas dos países latinos terão mais poder de persuasão nas reuniões do IASB, entidade responsável pela edição das normas contábeis internacionais”**, afirmou.

Fonte: OCB

CECO DISCUTE AÇÕES PARA O RAMO CRÉDITO



das Cooperativas Brasileiras (Ceco/OCB),omento e desenvolvimento do cooperativismo de crédito brasileiro, realizou nesta quinta-feira (24/11), a última reunião de 2011.

A atuação da **Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC)** foi um dos itens da pauta. Alexandre Euzébio Silva, diretor da Cnac, fez uma exposição sobre o trabalho desenvolvido e os planos para qualificar cada vez mais as auditorias externas nas cooperativas.

A reunião, na sede da OCB, em Brasília (DF), teve a participação do presidente da instituição, Márcio Lopes de Freitas, que ressaltou o excelente trabalho que a Cnac faz em prol do cooperativismo de crédito. “Meu desejo é que todas as cooperativas sejam atendidas pela Confederação. E complementou: “o trabalho que a Cnac executa é importante para o avanço das cooperativas de crédito, uma vez que praticamente dá um peso de certificação ao segmento, respaldando a qualidade nas tomadas de decisões”.

Atualmente, **a Cnac responde pela auditoria externa em 65% das maiores cooperativas brasileiras**. E esse número deve crescer, acredita o gerente do Ramo Crédito da OCB, Silvio Giusti. “A Cnac tem um constante ingresso de cooperativas e a perspectiva é aumentar esse número o que será uma vantagem para todo o segmento, afinal, a Cnac foi constituída para elevar o padrão da auditoria externa nas cooperativas de crédito”, diz. A instituição realiza auditoria externa em 411 cooperativas de crédito distribuídas em todo o território nacional.

Além do assunto da Cnac, outros itens foram discutidos entre a coordenação e o grupo técnico do Ceco, tais como:

- a diretriz nacional de capacitação,
- o programa minha casa minha vida
- avaliação da síntese parlamentar que foi apresentada pela Gerente de Relações Institucionais, Tânia Zanella, com ênfase na aprovação do PLS 40/2011 que fala do acesso ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

À tarde, os Ceco se reuniu com representantes do Banco Central (BC) para analisar:

- o regime de cogestão
- sistema de garantias recíprocas,
- tratativas a respeito do Fundo Garantidor de Crédito
- preparação para a Assembleia Geral Ordinária (AGO), em 2012,
- procedimentos para incorporação.

Fonte: OCB

PEQUENAS INSTITUIÇÕES DESAFIAM PODER DE BANCO GRANDE

O **movimento de contestação ao sistema financeiro “Ocupe Wall Street”** ganhou uma versão local no Brasil, porém focada contra a atuação das grandes instituições financeiras, que impõem preços e padrões de serviço.

Diferentemente dos EUA, onde é um movimento social, a bandeira aqui é levantada por corretoras independentes, butiques de investimentos, cooperativas de crédito e instituições financeiras de pequeno porte que desafiam a concentração do setor oferecendo taxas competitivas e serviços diferenciados, informa reportagem de Tatiana Freitas e Toni Sciarretta publicada na edição desta segunda-feira da Folha.

Se nos EUA os manifestantes pregam a retirada dos depósitos mantidos nos bancos para levar às cooperativas de crédito, sem fins lucrativos, os contestadores no Brasil tentam romper o preconceito quanto à fragilidade das pequenas instituições.

Um dos argumentos é a segurança total para os CDBs e contas até R\$ 70 mil.

Cooperativas de crédito como a Secres (funcionários da Sabesp) oferecem taxas de 1,49% ao mês para “adiantar” o dinheiro da restituição do Imposto de Renda. No Bradesco e no Santander, a taxa é de 2,45% e 3,29% ao mês.

OUTRO LADO

De acordo com a Febraban (Federação dos Bancos), o brasileiro vê os bancos como agentes do desenvolvimento e o crédito como uma conquista da estabilidade.

“Não há um descontentamento. A discussão aqui é de nível de juros e de spread (diferença entre taxas captadas e repassadas), mas quem verbaliza isso é parte da indústria”, diz Rubens Sardenberg, economista da Febraban.

Quanto às pequenas instituições, a visão é que se trata mais de uma chance para ganhar mercado do que uma crítica à concentração. “Estudos mostram que não há relação entre concentração e alta rentabilidade.

Fonte: Folha.com

GRANDES X PEQUENOS

Instituições de menor porte, que levantam a bandeira do movimento, oferecem taxas competitivas para ganhar mercado



GRANDES



PEQUENOS

Juros do empréstimo pessoal, em % ao mês*	Itaú	4,36	Bancoob	2,14
	Bradesco	4,94	Banco da Amazônia	2,13
	Santander	3,30	Banco do Nordeste	2,94
Taxa de administração de fundo DI para R\$ 5.000, em % ao ano	Bradesco FIC Ref. DI Brilhante	2,5	Banif F1 Ref. DI	0,3
	Itaú Super DI	2,5	BTG Pactual Master**	0,2
	Santander Forças DI	2,5	BNP Paribas***	0,5
Taxa de corretagem no Tesouro Direto, em % ao ano da operação	Itaú	1,0	Mirae	0,30
	Bradesco	0,5	Icap	0,20
	Santander	0,4	XP	0,25
Remuneração de R\$ 5.000 em CDB pós-fixado, em % do CDI	Santander	82,5	Sofisa Direto	105,0
	Itaú	80,5	PanAmericano	99,5
	Bradesco	80,0	CDB direto Ficsa	106,0

*De 10.out.11 a 26.out.11 **BTG Pactual Master Cash F1 Referenciado DI ***BNP Paribas Optimum DI F1 Referenciado Fontes: BC, Tesouro Nacional, bancos e corretoras

Categories: [Bancos](#), [SICOOB](#) Tags: [Ocupe Wall Street](#)

